

ESPAÇO ABERTO

O orçamento dos escombros

CÉSAR MAIA

O sr. ministro do Planejamento compareceu à Câmara de Deputados poucos dias atrás, a fim de prestar esclarecimentos acerca do orçamento de 1990.



Na ocasião, sugeri ao ministro que aproveitasse o final da atual administração para informar à Nação a herança dos rombos financeiros que ele mesmo recebeu e que passarão para o próximo governo. Sugeri, também, que apelidasse esta informação de Orçamento dos Escombros. A transparência é o oxigênio dos regimes democráticos, e permite alocar corretamente responsabilidades.

O próprio Ministério do Planejamento se debate com a melhor maneira de tratar tais questões, e, é importante que se diga imediatamente colocam à disposição da Comissão de Finanças as informações que processou sobre o assunto e que decidi não incluir no orçamento de 1990.

A primeira delas diz respeito ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, FCVS, criado em 16.6.67, que funcionaria como um seguro que garantisse ao adquirente de habitação financiada, que, de qualquer forma, seu compromisso expiraria no prazo acordado. A lógica sobre a qual repousava este fundo era de uma inflação sem tendência permanente de aceleração, oscilando em torno do nível observado naquele momento, na pior situação. Como tal hipótese ficou longe da verdade, o desequilíbrio do FCVS foi crescente, e finalmente transformou-se em necessidade de caixa. Para 1990 foi solicitada cobertura do Tesouro para quase 80 milhões de BTN's de maio, ou uns 100 milhões de dólares. Embora não se tenha a informação oficial de a quanto monta o rombo potencial do FCVS, estaríamos raciocinando conservadoramente se falássemos em 5 bilhões de dólares.

A segunda delas diz respeito ao Ressarcimento do Diferencial entre a Correção Monetária Real e a Prefixada, em contratos de financiamento de longo prazo realizados principalmente pelo BNDES, entre 1975 e 76. Para 1990 foi solicitada cobertura para mais de 590 milhões de BTN's de maio, ou uns 700 milhões de dólares. Segundo alguns levantamentos recentes, mesmo sem levar em conta a depreciação da correção monetária no período, o volume das perdas ou transferências, como se quiser, gira em torno de pelo menos 4 bilhões de dólares. Pior do que tudo, é que tais operações foram realizadas contra os

recursos do Pis-Pasep, fundo dos trabalhadores. Mesmo o ressarcimento destes recursos não recomporá o suficiente, na medida que eles voltarão sem os rendimentos, caso tivessem sido aplicados com correção plena. Na prática, os trabalhadores subsidiaram os empresários.

A terceira delas diz respeito ao Ressarcimento às Instituições Financeiras, por conta de medida provisória dentro do Plano Verão, que reduziu a correção monetária do crédito rural lastreado em poupança verde, atingindo principalmente o Banco do Brasil. Para 1990 foi solicitada cobertura para quase 590 milhões de BTN's de maio ou uns 700 milhões de dólares. O valor global está avaliado em pelo menos 2 bilhões de dólares, autorizados a serem descontados do imposto de renda a pagar por quatro anos.

A quarta delas diz respeito ao Ressarcimento de Incentivo sob a forma de Bônus ao SFH. Ele foi concedido em 19/9/84, aos mutuários e mandado constar no orçamento. Para 1990 foi solicitada cobertura de 370 milhões de BTN's de maio, ou uns 450 milhões de dólares. Como estes valores incorporam seis anos, para os dez anos chegaríamos a uns 750 milhões de dólares.

A soma das quatro estaria, se lançada, pressionando o orçamento de 90 em 2 bilhões de dólares, ou mais de 25% do Imposto de Renda próprio do governo federal. O estoque alcançaria quase 12 bilhões de dólares.

Infelizmente não é só isso. Ao saudarmos o esforço de transparência da Sof-Seplan, queremos que ele prossiga com o inventário, agregando tantos outros rombos que recaíram e recairão sobre todos. Não queremos que se levante tudo. Isto outro governo fará, mas, pelo menos, aqueles que terão reflexo orçamentário.

Para colaborar, citariamos dois, conhecidos como "com café, com açúcar e com afeto", de responsabilidade das administrações Gusmão e Funaro. O caso do açúcar, com prejuízo avaliado em 500 milhões de dólares, corresponde a vendas a prazo realizadas em 1985, intempestivamente. O caso do café, com prejuízo avaliado em 250 milhões de dólares, corresponde à chamada "Operação Patrícia", (ou London Terminal), referente a especulações altistas junto à Bolsa de Londres, que tentavam viabilizar internamente um preço de garantia de 300 dólares.

A apresentação de um orçamento dos Escombros sobre o qual, diga-se de passagem, o atual ministro do Planejamento não tem responsabilidade, permitiria à sociedade saber o quanto, ainda, o futuro terá de pagar pelo passado.

□ César Maia foi secretário da Fazenda do Rio e é deputado pelo PDT.